

Intervenção final

Moção de Censura ao Governo

Quando se equaciona este primeiro ano do Governo da Madeira, é fácil caracterizá-lo mediante o método matemático – e preciso - da “prova dos nove” e a conclusão é que esta governação é... igual a “noves fora nada”.

Tem sido, e lamentamo-lo, uma sucessão de enganos (e antes fosse uma “comédia de enganos”, teatral, mas de cómico e divertido esta governação não tem tido nada, pelo contrário, é preocupante e com contornos de dramatismo. Foram tantos os madeirenses que acreditaram na renovação e hoje ninguém sabe para onde caminha a Região... mas é caso para dizer, afinal, ao fim de um ano, está "tudo como dantes no quartel de Abrantes".

A governação não se pode resumir a anúncios de hipotéticas acções, à propaganda do que ainda não ocorreu ou à renovação de sucessivas promessas, de cada vez que há contestação. Governar é agir! É apresentar soluções e executá-las! E não tão só ir atrás das circunstâncias ou das críticas, inclusive as da comunicação social, em vez de se guiar por um pensamento e estratégia política.

A Região Autónoma da Madeira não pode estar à mercê de um governo que promete e anuncia; anuncia e promete, mas que na verdade anda à deriva, como em mar alto, ao fim de mais de um ano, sem um projecto definido, sem uma política que não seja feita de meros palcos ou de palavras, ou ainda de sucessivas projecções de filmes que estão em exibição há 40 anos.

Governar é muito mais do que isto! Assiste-se mesmo a uma certa impreparação para o acto de governar, a uma espécie de desarticulação entre vários sectores da governação, que se tenta, a todo o custo, disfarçar. Há inclusive tensões e hiatos partidários, que extravasam o seu hemisfério interno, dando-nos a imagem de um grupo pouco coeso e firme, e alavancado na resolução dos problemas da Região. Há mesmo quem esteja mais deslumbrado com a governação, tal resquício hereditário do passado, do que ciente da importância do lugar que ocupa e da responsabilidade do cargo.

E não nos peçam para ignorar a realidade dos nossos dias! Discursos políticos são uma coisa, a realidade política é outra coisa e bem distinta e é a que é sentida pelos

cidadãos todos os dias. Os discursos, muitas vezes, não são mais do que entretenimento para ganhar eleições. Ou propaganda apressada e sem sentido, quando na Região há indicadores crescentes de pobreza, de desemprego, de doença e mortalidade, de abandono escolar, de violência doméstica e da taxa de suicídios e de adição alcoólica que requerem uma intervenção política urgente, assertiva e persistente. Porque o que a população madeirense sente é a necessidade de um sistema de saúde seguro e de qualidade, ou de um sistema educativo público de qualidade ou de soluções para as matérias sociais como o desemprego e a pobreza.

1 - O *desemprego*, por exemplo, é uma evidência a olho nu. Não carece de microscopia ou sequer de estatística. E quando decresce- sejamos honestos- deve-se ou à sazonalidade laboral; ou à emigração; ou à criação de emprego precário e temporário; ou à promoção de estágios profissionais ou ainda à mera caducidade de prazos do subsídio de desemprego que depois relega estas pessoas para fora do circuito laboral. Na Madeira, em Abril deste ano, apenas 34% recebiam subsídio de desemprego, ou seja dos 22.339 desempregados só 7.608 recebiam apoio.

E que dizer dos empregados precários, sujeitos a exploração, trabalhando para além das horas contratadas, sem auferir de mais vencimento pelo facto, com salários em atraso ou pagos fraccionadamente ao longo de um tempo indefinido. Uma situação flagrante é a dos trabalhadores da Hotelaria na nossa Região. Assiste-se, felizmente a uma crescente ocupação e procura desta indústria, mas os salários de quem trabalha continuam sem aumentos desde há vários anos... os lucros? Sim, são privilégio exclusivo dos empresários, à custa da exploração da mão-de-obra barata.

- É esta política de trabalho que queremos para a Região? Quem a apoia? Quem vota a favor?

2 - A *dívida* - sejamos realistas! – é impagável!, e carece de renegociação, a bem de todos os contribuintes madeirenses. E, esclareçamos: quem contraiu esta dívida foram os confrades do jardinismo, mas não foi contestada, no entanto, nem renegociada pelo denominado albuquerquismo.

- Quem aqui, defende que os madeirenses não podem ser penalizados por dívidas que eles não contraíram? Quem vota a favor?

